

Com Brasil

# O governo semeia o pânico

JORNAL DA TARDE

Nada poderia deixar mais evidente o descompasso entre o projeto e a sua execução, no governo Collor, do que o seu comportamento diante da ameaça de guerra no Golfo Pérsico. Nada nega mais a propalada modernidade desse governo do que o plano de emergência anunciado em parte na segunda-feira e outras medidas que, segundo os jornais, estão sendo estudadas e serão colocadas em prática tão logo comece a guerra. A divulgação do plano, em suas linhas gerais, com direito a discurso do presidente no horário nobre da televisão em tom francamente melodramático, foi totalmente inoportuna.

Afinal, na segunda-feira nem ao menos se havia extinguido o prazo dado pela ONU para o Iraque retirar-se do Kuwait. Ademais, não há nenhuma indicação de que, mesmo que a guerra aconteça, o abastecimento de petróleo venha a ser interrompido. Os estoques mundiais são altos, a produção excede a demanda e só haveria problemas de fornecimento se o Iraque conseguisse sabotar poços da Arábia Saudita, o que é uma hipótese remotíssima. Assim como é remotíssima a hipótese de a guerra durar o suficiente para produzir efeitos negativos nas economias dos países importadores de petróleo da região.

O governo brasileiro, no entanto, já anunciou um imediato aumento dos preços dos derivados do petróleo no caso de a guerra estourar, seguido de um duro racionamento. Dramático, o presidente Collor dirigiu-se especialmente às donas de casa, pedindo-lhes que cozinhém menos para economizar gás. Que conseguiu com isso? Apenas espalhar o pânico. As filas nos postos de venda de gás em todo o País, na terça-feira, mostravam os efeitos da precipitação do presidente. Agora o desabastecimento pode virar realidade.

O governo não poderá queixar-se, também, se a indústria e o comércio começarem a remarcar preços por conta do prometido aumento dos combustíveis.

Um governo bem-informado e eficiente, numa situação como esta, faria exatamente o contrário do que está fazendo o governo Collor: cuidaria de não alarmar a população, a fim de evitar especulações que aumentariam ainda mais a inflação, e prepararia um plano de emergência que só seria anunciado diante de uma situação concreta de escassez de petróleo ou de um aumento brutal do preço do produto que obrigasse o País a reduzir suas importações. Aumentos como estes que vêm surgindo esporadicamente desde a invasão do Kuwait simplesmente continuariam sendo repassados ao consumidor, como acontece onde as leis do mercado são realmente respeitadas.

Ao que tudo indica, no entanto, as autoridades brasilienses, especialmente no Ministério da Economia, estão tentando aproveitar a crise no Oriente Médio para, com ou sem guerra, tentar justificar os erros que vêm cometendo e acentuar os desvios da rota liberalizante traçada pelo presidente Collor durante a campanha e no início de sua administração. O que conseguiram, até agora, foi

deixar o povo brasileiro mais angustiado do que o povo de Israel, como está mostrando a televisão.

Outra demonstração de que o governo Collor vai, lentamente, escorregando de volta ao passado foi dada terça-feira pelo ministro Francisco Rezek na Comissão de Relações Exteriores do Senado. Repetindo a velha retórica antiamericana, terceiro-mundista, do Itamaraty, dos tempos da guerra-fria, o chanceler brasileiro disse temer que o estabelecimento de uma "pax americana" no Oriente Médio, com a vitória das tropas norte-americanas, coloque em risco a soberania das outras nações do planeta porque consagraria o que ele chama de "poder monolítico" dos Estados Unidos sobre o resto do mundo.

Com o aplauso do senador Fernando Henrique Cardoso, o ministro Rezek transformou os Estados Unidos numa ameaça maior do que a representada por Saddam Hussein, que há seis meses mantém o mundo — e o Brasil em especial — de joelhos. Ele não escondeu que está com saudade do "equilíbrio do terror nuclear" que prevaleceu até a queda do Muro de Berlim.

O chanceler Rezek mostra que não conhece a história da ascensão dos norte-americanos à liderança do mundo livre. Desde a Primeira Guerra Mundial, na qual foram obrigados a se envolver contra a sua própria vontade, os norte-americanos têm sido os únicos responsáveis pela sobrevivência, neste planeta, dos sistemas políticos e do sistema econômico que o presidente Collor jurou perseguir para o Brasil em seu discurso de posse.

Foi assim, também, na Segunda Guerra Mundial e durante todo o período que se seguiu a ela, até o recente desmoronamento do sistema comunista. Mais uma vez agora é o seu imenso poderio que torna possível a instalação, em poucas semanas, de um dispositivo militar, a milhões de quilômetros de distância, capaz de deter esse êmulo pequeninho de Adolf Hitler, que sonha com o domínio do mundo por meio do controle da principal fonte de riqueza que movimenta todas as economias do planeta — o petróleo.

Além do mais, o chanceler devia saber que o que torna toda essa força "hegemônica", que tanto o assusta, inofensiva para os países que respeitam os princípios fundamentais do direito internacional, é o fato de que, nos Estados Unidos, a mais perfeita democracia do mundo, não é o presidente da República que, como acontece infelizmente em outras democracias menos perfeitas, tem a palavra final sobre as grandes decisões que afetam o destino da nação. Como ficou demonstrado na Guerra do Vietnã, cujo fim foi determinado pela vontade majoritária do povo norte-americano, e agora, mais uma vez, quando pouco faltou para que o Congresso norte-americano negasse ao presidente Bush licença para iniciar o ataque ao Iraque.

Se o presidente Collor não corrigir os rumos de seu governo, não tardará muito para que ele se identifique totalmente com o governo que o precedeu.